

IRI PUC-RIO: PET/TEPP 2024.2

Episódio 2 PETCAST: “(Des)Mobilização frente às crises climáticas”

Dados coletados pela G3: Bruna, Cauã, Clara, Cléo e Daniel

Orientações G2:

- O dado em si (de forma concisa, extraindo o mais importante);
OBS: Caso tragam dados em imagem, mapa algo assim, coloque embaixo exatamente que dado daquela imagem vocês acham que é relevante, ou que seria mais importante utilizar
- Um breve parágrafo de por que acha que é importante (caso não seja tão óbvio, senão, não precisa)
- Fonte em **ABNT** (Cuidado com uso de geradores de abnt, muitas vezes não fornecem a fonte de maneira correta, então sempre bom checar, colocarei um link de um site que explica como fazer cada uma:
https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Um_autor)
- **Não utilizem inteligência artificial** para essa etapa do trabalho. A coleta de dados é um trabalho que para ser bem feito precisa ser muito personalizado, o que as inteligências artificiais ainda não alcançam

Dados coletados por G3:

Clara:

Fonte: Relatório “Retratos da Sociedade Brasileira 57: Hábitos sustentáveis e consumo consciente”, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI); com base em pesquisas de opinião realizadas em novembro/2022, o documento aborda alguns comportamentos e hábitos de consumo dos cidadãos brasileiros

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira: Hábitos sustentáveis e consumo consciente**. Edição revisada, ano 10, n.57, v.: il. Brasília: jan. 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/31/10/31109c6e-726b-4c27-ae04-91a5141e0a46/rsb57_edicao_revisada.pdf Acesso em: 28 out. 2024.

- 1) **Em suma:** 74% dos entrevistados afirmam adotar hábitos ambientalmente sustentáveis; desses 74%, 30% dizem que sempre adotam hábitos sustentáveis e 44% afirmam que às vezes o adotam

Reciclagem: 7 em cada 10 brasileiros (69%) **costumam separar** materiais e resíduos para reciclagem

Desperdícios: 90% dos entrevistados afirmaram evitar sempre (ou na maioria das vezes) o desperdício de **água**; 89% afirmaram evitar sempre (ou na maioria das vezes) o desperdício de **comida**; e 86% afirmaram evitar sempre (ou na maioria das vezes) o desperdício de **energia**

Consumo: dados mostram que os brasileiros vêm se mostrando mais conscientes com o meio ambiente quando vão às compras; em 2019, apenas 38% dos consumidores verificava se o produto foi produtivo de forma ambientalmente sustentável, enquanto em 2022 esse número cresce para 50%

OBS: Acesso: para 66% dos consumidores, é **difícil encontrar** produtos ambientalmente sustentáveis nas lojas

- 2) **Hábitos ambientalmente sustentáveis:** A maioria dos consumidores brasileiros afirma adotar hábitos sustentáveis no dia-a-dia, apesar de não acreditar que os outros façam o mesmo; além disso, nota-se que, quanto maior a escolaridade, maior é a frequência desses hábitos

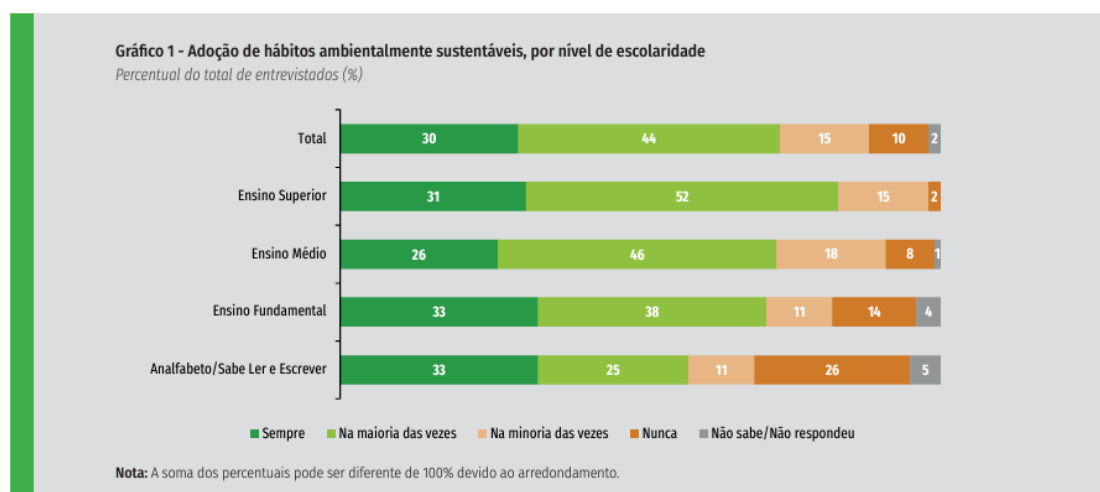
30% responderam que **sempre** adotam hábitos sustentáveis;

44% responderam que adotam hábitos sustentáveis **na maioria das vezes**;

Nível de escolaridade:

83% dos entrevistados com **ensino superior** adotam hábitos sustentáveis sempre ou na maioria das vezes; desses entrevistados, 2% nunca adotam esses hábitos;

58% dos entrevistados **analfabetos/sabem ler e escrever** adotam hábitos sustentáveis sempre ou na maioria das vezes; desses entrevistados, 26% nunca adotam esses hábitos;



Fonte: Relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2023

Percepções: Apesar de 74% dos entrevistados afirmarem ter hábitos sustentáveis, apenas 32% acreditam que o outro segue essas mesmas práticas

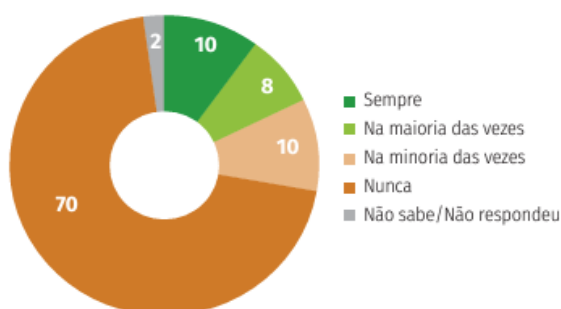
7% acham que as pessoas que residem em seu estado sempre adotam hábitos sustentáveis;

25% acham que as pessoas que residem em seu estado adotam hábitos sustentáveis na maioria das vezes;

Atuação em voluntariado: 70% dos entrevistados afirmaram nunca ter atuado como voluntário em alguma ação de proteção ao meio ambiente

Gráfico 4 - Atuação como voluntário em alguma ação de proteção ao meio ambiente

Percentual do total de entrevistados (%)



Fonte: Relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2023

Práticas adotadas pelos brasileiros:

Água: 70% afirmaram que sempre evitam desperdiçar água, enquanto 20% afirmaram evitar na maioria das vezes

Comida: 73% responderam que sempre evitam desperdiçar comida, enquanto 16% afirmaram evitar na maioria das vezes

Energia: 65% afirmaram que sempre evitam desperdiçar energia, enquanto 21% afirmaram evitar na maioria das vezes

- 3) Geração, tratamento e separação do lixo:** Quase 70% dos brasileiros separam o lixo para reciclagem. Em comparação com pesquisas anteriores, percebeu-se uma maior conscientização das pessoas quanto ao hábito de separação do lixo para reciclagem, já que em 2013 esse percentual era de 47%, em 2019 era de 55%, e em 2022, 69%.

69% costumam separar o lixo para reciclagem;

31% informaram que não possuem essa prática;

Considerando a **renda** dos entrevistados, o maior percentual de pessoas que possuem o hábito de separar o lixo para reciclagem (77%) recebem mais de cinco salários mínimos.

Materiais mais separados para reciclagem: Porcentagem de entrevistados que o separam

- 1) Plástico em geral / Garrafas PET (76%);
- 2) Alumínio (56%);
- 3) Papel / Papelão / Jornal (53%);
- 4) Vidro (47%);
- 5) Óleo de cozinha / óleo combustível (43%)

Gráfico 8 - Tipos de materiais que separa para reciclagem

Percentual sobre os entrevistados que separam ou que moram com alguém que separe materiais para reciclagem (%)



Nota: A soma dos percentuais é superior a 100% pois cada respondente podia escolher mais de um material que costuma ser separado em sua residência.

Fonte: Relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2023

Desafios para a reciclagem: A pesquisa também questionou sobre os principais desafios para a reciclagem de lixo; o principal motivo apresentado é a falta de costume / esquecimento de separar o lixo (32%)

- 1) Falta de costume / esquece de separar (32%);

- 2) Não há coleta seletiva na rua/bairro/cidade (18%);
- 3) Falta de apoio do governo / falta de políticas públicas (9%);
- 4) Falta informação sobre reciclagem / coleta seletiva (8%);
- 5) A coleta seletiva não é feita com regularidade (7%)



Fonte: Relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2023

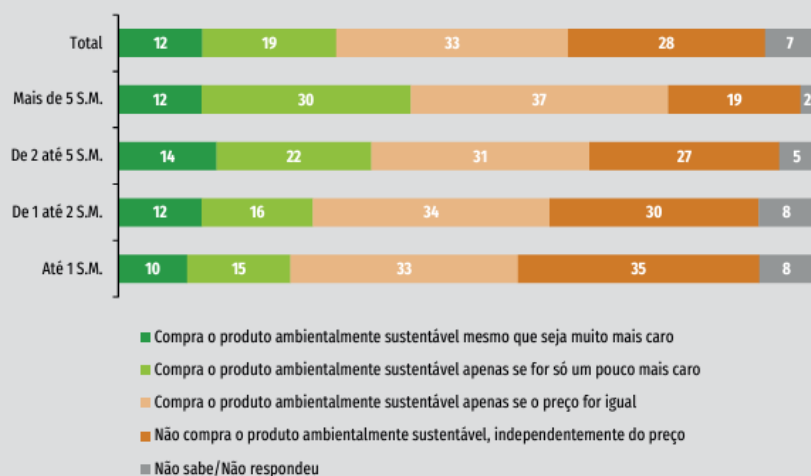
4) Consumo ambientalmente sustentável: A pesquisa mostra que produtos ambientalmente sustentáveis/orgânicos e processos produtivos que respeitam o bem-estar animal ganham a preferência dos consumidores brasileiros. Nesse sentido, o estudo mostrou que uma parcela significativa dos brasileiros está preocupada com os efeitos da produção industrial sobre o meio ambiente; essa parcela também se mostrou preocupada em saber se as empresas adotam procedimentos para prejudicar o menos possível o meio ambiente, reduzem a emissão de poluentes e geram resíduos.

2019: 38% se mostraram preocupados com os efeitos da produção no meio ambiente;
 2022: 50% se mostraram preocupados com os efeitos da produção no meio ambiente;

Disposição a pagar produtos ambientalmente sustentáveis: Considerando o recorte de **renda**, entrevistados com **mais de cinco salários mínimos** mostram maior disposição em comprar produtos ambientalmente sustentáveis, mesmo que sejam muito mais caros ou um pouco mais caros que os convencionais (42%); por outro lado, entrevistados com até um salário mínimo mostram a menor disposição para a prática (25%):

O gráfico mostra como o crescimento da renda tem relação com o consumo de produtos ambientalmente sustentáveis pela população brasileira.

Gráfico 14 - Disposição a pagar mais por produtos ambientalmente corretos, por faixas de renda*
Percentual sobre o total de entrevistados (%)



Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% devido ao arredondamento.
*Considerando dois produtos iguais, sendo um produto ambientalmente correto e o outro não.

Fonte: Relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2023

Bruna:

1. MONTEIRO, Alcides A.; MONTEZ, Mário Miguel. Sentidos de mobilização e de desmobilização da ação coletiva. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 232–233. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/DmGVwWgHRsBdHYzTM48fwzB/?lang=pt>. DOI: 10.1590/1807-0191211217. Acesso em: 28 out. 2024.

Aborda como o senso de urgência afeta a mobilização coletiva, nos ajuda a entender que a mobilização não depende apenas da causa em si, mas da maneira como ela é percebida em termos de risco e necessidade imediata de ação. Isso conecta diretamente com o tema das mobilizações ambientais e mudanças climáticas, já que o sentimento de risco constante e próximo tem o potencial de manter as pessoas engajadas, enquanto a ausência dessa percepção pode gerar uma espécie de “relaxamento coletivo”.

2. TEIXEIRA, I.; TONI, A. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, [S. l.], n. 1, p. 71–93, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/7>. Acesso em: 28 out. 2024.

Achei interessante as páginas 75-76, porque nessa parte elas ressaltam que as ações coletivas precisam levar em conta as desigualdades sociais e as ambições políticas de novas gerações, algo que considero crucial para qualquer estratégia eficaz de mobilização.

3. VICK, Mariana. É hora de declarar a meta de 1,5°C do clima como perdida?

Nexo Jornal. 2024. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/02/10/meta-15oc-acordo-de-paris-perdida-aquecimento-global>. Acesso em: 28 out. 2024.

Explora questões cruciais sobre o estado atual do Acordo de Paris e o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. A matéria aborda um estudo recente que sugere que já ultrapassamos esse limite, o que gerou controvérsias e reacendeu debates entre cientistas. Achei importante trazer essa referência, pois a discussão é essencial para entendermos o que está em jogo tanto para os objetivos climáticos como para a mobilização social em torno dessas metas.

Além de detalhar o estudo e suas críticas, a reportagem também analisa as possíveis consequências políticas e sociais de considerar a meta como perdida, inclusive o risco de desmobilização na ação climática. Esse enfoque traz uma perspectiva ampla e atualizada sobre o que implica ultrapassar os limites propostos e como isso pode afetar futuras políticas e ações ambientais.

4. AFP. Sem 'mobilização mundial' pelo clima, o objetivo de 1,5°C 'em breve morrerá', alerta ONU. CartaCapital. 2024. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/sem-mobilizacao-mundial-pelo-clima-o-objetivo-de-15oc-em-breve-morrera-alerta-onu/>. Acesso em: 28 out. 2024.

A matéria argumenta sobre o impacto das narrativas de “ponto sem retorno” na mobilização social, discutindo como esse tipo de discurso pode gerar uma sensação de urgência, mas também de impotência. Acho que é possível explorar como a falta de mobilização reflete o impacto psicológico de mensagens apocalípticas que, em vez de incitar a ação, na verdade podem desestimular o engajamento.

5. JORNAL DA USP NO AR. Falta de medidas governamentais potencializa as consequências dos eventos climáticos extremos. Jornal da USP, 19 jan. 2024.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=717901>. Acesso em: 28 out. 2024.

Essa matéria destaca a responsabilidade governamental e como a falta de políticas públicas intensifica as consequências dos eventos climáticos. Acredito que ela seja relevante porque ilustra como a ausência de apoio estatal pode minar a confiança e a mobilização da população, sugerindo que a sensação de desamparo frente à inação do governo contribui para a apatia coletiva. E possivelmente, podemos conseguir

relacionar esses dados a desmobilização à percepção de que, sem apoio estatal, mudanças estruturais são difíceis de alcançar.

6. **DORNELAS, Helena. Voluntários incentivam adoção de animais resgatados nas cheias no RS. Correio Braziliense. 2024. Disponível em:**
<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/05/6859263-voluntarios-incentivam-adocao-de-animais-resgatados-nas-cheias-no-rs.html>. Acesso em: 29 outubro 2024.

VEJA. RS: a mobilização para resgatar milhares de animais em meio ao desastre. 2024. Disponível em:
<https://veja.abril.com.br/columa/maquiavel/rs-a-mobilizacao-para-resgatar-milhares-de-animais-em-meio-ao-desastre/>. Acesso em: 29 outubro 2024.

A recente mobilização de voluntários para apoiar pessoas e animais afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul é notável, com ações de resgate, doação de itens essenciais e reconstrução de moradias. No RS, a Operação Taquari 2, coordenada pelas Forças Armadas, envolveu o resgate de milhares de animais em áreas atingidas pelas enchentes, com ajuda de ONGs de proteção animal e veterinários voluntários que realizaram atendimento e acolhimento de animais sem tutores. Além disso, a solidariedade da comunidade inclui iniciativas de doação de roupas, alimentos e materiais para auxiliar famílias desabrigadas. Em várias regiões do estado, houve um movimento para ajudar na reconstrução de casas e reestabelecimento de infraestruturas locais, com diversos grupos oferecendo apoio para reabilitar as áreas atingidas

7. **MIRRA, Álvaro Luiz Valery. O cidadão, a ação popular e a proteção do meio ambiente. Ambiente Jurídico. 2017. Disponível em:**
<https://www.conjur.com.br/2018-fev-03/ambiente-juridico-cidadao-acao-popular-protecao-meio-ambiente/>. Acesso em: 28 out. 2024.

Outro texto que fala sobre ação coletiva e os desafios que as pessoas enfrentam ao se mobilizarem sozinhas em questões tão complexas. Também dá ênfase na ação popular como uma ferramenta de acesso à justiça ambiental é um ponto crucial. Ao abrir a possibilidade de que todos os cidadãos participem ativamente da defesa do meio ambiente, e da importância de promover uma maior conscientização sobre esses mecanismos legais. Isso pode ser uma maneira de incentivar a mobilização e dar voz à população em questões que afetam a todos nós.

Daniel:

Buscar dados para verificar essa tese de que grandes mobilizações estão se enfraquecendo, ou de que há uma percepção de que as pessoas estão desmobilizadas a respeito da pauta ambiental.

Enfraquecimento de grandes mobilizações

No Brasil, há indícios de enfraquecimento nas grandes mobilizações políticas, especialmente em pautas relacionadas ao meio ambiente. Embora a mobilização tenha desempenhado um papel crucial em períodos anteriores — como nos protestos de 2013 e nas greves contra o desmatamento na Amazônia —, recentes estudos sugerem que o engajamento popular vem diminuindo. Esse processo pode estar relacionado a fatores como desilusão política, polarização social e crises econômicas, que acabam dispersando a energia coletiva para outras demandas mais imediatas.

Uma análise realizada pelo CEBRI destaca que, apesar da urgência da crise climática, as manifestações ambientais perdem força quando comparadas com outros períodos históricos. A pressão social tem sido menos eficaz para influenciar decisões políticas, como visto no caso do desmonte de políticas ambientais durante o governo Bolsonaro, mesmo diante de protestos significativos (CEBRI, 2024).

Além disso, há uma percepção crescente de que o envolvimento da sociedade civil é fragmentado e mais centrado em ações pontuais, como boicotes e campanhas educativas, do que em manifestações massivas e de longa duração. A Agência Brasil reporta que algumas mobilizações locais, como as relacionadas à preservação da Serra do Curral em Belo Horizonte, conseguem gerar resultados, mas carecem de articulação nacional consistente. Isso evidencia que a energia de mobilização se deslocou para esferas locais, enquanto grandes manifestações de impacto nacional ocorrem com menor frequência (Agência Brasil, 2024).

Por fim, a falta de educação ambiental continuada e uma sensação generalizada de impotência diante das mudanças climáticas podem contribuir para essa desmobilização. Essa tendência sugere que, sem um esforço coordenado para reengajar a população, inclusive com ações educativas, será difícil revitalizar o impacto das manifestações ambientais (HRW, 2024).

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa mostra capitais na contramão da meta para redução de emissões. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 29 out. 2024.

CEBRI. A crise ambiental climática e os desafios da contemporaneidade: O Brasil e sua política ambiental. 2024. Disponível em: <https://cebri.org>. Acesso em: 29 out. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2024: Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 29 out. 2024.

Buscar dados (quantitativos ou qualitativos) sobre ansiedade climática e o impacto das narrativas construídas em torno das mudanças climáticas sobre a capacidade de mobilização política

Narrativas Apocalípticas e Ansiedade Climática: impactos na mobilização política e social

A mudança climática é frequentemente retratada em narrativas alarmistas, nas quais é descrita como uma situação catastrófica para a humanidade. No entanto, apesar do objetivo de conscientizar sobre a urgência ambiental, o efeito psicológico dessas narrativas pode ser ambivalente – ao mesmo tempo que impulsiona a mobilização, também pode causar paralisia social. Ansiedade climática, ou ecoansiedade, é um termo comum para o fenômeno crescente de medo crônico e sensação de impotência diante do colapso ambiental. De acordo com um artigo recente da *The Lancet*, uma revista científica, jovens e populações vulneráveis são especialmente suscetíveis à sensação de enfrentar um abismo.

O estudo, que envolveu 10 mil cidadãos de 16 países, como Brasil, Nigéria, Austrália e Finlândia, mostrou que 75% dos entrevistados têm medo do futuro e 83% acreditam que o governo está falhando em resolver as crises climáticas. Assim, o crescente desespero frente à inação política é um dos gatilhos da eco-ansiedade, juntamente com o medo constante de eventos climáticos extremos e do colapso ambiental. Relatos indicam que pessoas com eco-ansiedade sofrem de distúrbios do sono, depressão e falta de motivação para agir politicamente. Embora a ansiedade possa limitar a mobilização, também pode estimular a criatividade e a liderança dos cidadãos.

Os jovens que sofrem de eco-ansiedade tendem a canalizá-la para protestos, como o movimento *Fridays for Future*, liderado por Greta Thunberg. Greta e seus apoiadores protestam ativamente para conter a crise climática global. Cidadãos e políticos foram fortemente influenciados por esse movimento; um exemplo é o grupo de jovens ativistas de Portugal que processou 32 Estados signatários do Acordo de Paris por não cumprirem suas obrigações ambientais e de consumo. Esses fatos oferecem evidências de que a ansiedade pode ser um motor de demandas políticas e influenciar decisões governamentais.

Embora narrativas de catástrofe possam gerar engajamento, o uso excessivo de discursos alarmistas pode ter efeitos contraproducentes. A ansiedade induzida por essas narrativas pode resultar em apatia e sensação de que os problemas são inevitáveis e insuperáveis. Especialistas em ecopsicologia recomendam que, em vez de focar exclusivamente nos riscos, a comunicação sobre as mudanças climáticas inclua exemplos de soluções concretas e histórias de sucesso para estimular uma ação coletiva mais proativa. Assim, equilibrar a conscientização sobre a gravidade da crise com mensagens de esperança é essencial para manter a mobilização contínua e sustentável.

As narrativas apocalípticas em torno das mudanças climáticas são uma ferramenta poderosa, mas também perigosa. Embora possam gerar ansiedade e paralisia, a ecoansiedade pode ser transformada em uma força motriz para a ação política e social. A articulação entre a conscientização dos riscos e a promoção de soluções práticas é essencial para evitar que o medo paralise as pessoas e, ao mesmo tempo, incentivar o engajamento ativo na construção de um futuro sustentável.

Referências

APA. Eco-anxiety: American Psychological Association's Definition and Impact of Climate Crisis on Mental Health. American Psychological Association, 2022. Disponível em: <https://www.apa.org/eco-anxiety-impact>. Acesso em: 29 out. 2024.

FERREIRA, T. B. F. Ecoansiedade: o que é, como surgiu e como nos afeta? Politize!, 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ecoansiedade-o-que-e-como-nos-afeta>. Acesso em: 29 out. 2024.

RITCHIE, H.; ROSER, M. Environmental Anxiety and Climate Activism. Our World in Data, 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/climate-anxiety>. Acesso em: 29 out. 2024.

THE LANCET. Young People's Voices on Climate Anxiety, Government Failures, and Global Warming. The Lancet, 2023. Disponível em: <https://www.thelancet.com/climate-anxiety>. Acesso em: 29 out. 2024.

Buscar dados sobre o impacto das desigualdades sociais na capacidade de mobilização política das pessoas

Questionamento sobre os impactos das desigualdades

As desigualdades sociais afetam diretamente a capacidade de mobilização política das pessoas, tanto no Brasil quanto globalmente, ao restringir o acesso a recursos, educação, tempo livre e participação política ativa. No Brasil, as camadas mais pobres da população, especialmente mulheres afro-brasileiras e comunidades indígenas, enfrentam maiores barreiras econômicas e sociais que limitam sua capacidade de se engajarem em mobilizações. A crise econômica e a pandemia de COVID-19 agravaram essas dificuldades, aumentando a pobreza e a desigualdade, e enfraquecendo a participação cívica e política dessas populações vulneráveis (Banco Mundial, 2021).

Globalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta que a recuperação econômica desigual tem perpetuado vulnerabilidades, especialmente em países de renda baixa, onde déficits de emprego e pobreza aumentaram. A falta de acesso a empregos formais e as desigualdades estruturais impactam negativamente a justiça social e a capacidade de mobilização das pessoas, o que representa um desafio para a participação política e social a longo prazo (OIT, 2024).

A crescente desigualdade econômica também se reflete na diminuição do envolvimento político entre grupos marginalizados. O custo de oportunidade envolvido na participação em protestos, que muitas vezes requer tempo e recursos, é um fator limitante para trabalhadores que enfrentam condições precárias e jornadas exaustivas. Assim, a

desigualdade econômica e social não apenas afeta o acesso a direitos básicos, mas também restringe a capacidade de organização coletiva para reivindicações e transformações sociais mais amplas.

Referências

BANCO MUNDIAL. Pobreza e equidade no Brasil: mirando o futuro após duas crises. Brasília: Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 29 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Perspectivas sociais e de emprego no mundo: tendências para 2024. Genebra: OIT, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 29 out. 2024.

(Cauã)

Buscar dados (quantitativos ou qualitativos) sobre ansiedade climática e o impacto das narrativas construídas em torno das mudanças climáticas sobre a capacidade de mobilização política

documentário Forget Shorter Showers

O documentário Forget Shorter Showers questiona a eficácia das práticas individuais em resolver a crise climática. Dirigido por Jordan Brown Curtis e lançado em 2015, o filme apresenta uma visão crítica sobre a narrativa predominante de que mudanças de hábitos pessoais podem ser suficientes para conter os impactos ambientais. A mensagem central do documentário é clara: embora ações como reduzir o consumo de água, optar por fontes renováveis de energia e reciclar sejam louváveis, são insuficientes diante da escala dos problemas ambientais.

Curtis explora a ideia de que focar exclusivamente em mudanças individuais de comportamento é uma distração das verdadeiras raízes da crise climática: o modelo econômico capitalista, as corporações e as políticas públicas ineficazes. Ele argumenta que as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a degradação ambiental são problemas sistêmicos e requerem soluções estruturais. O documentário expõe como essa narrativa de responsabilizar o indivíduo surgiu e foi fortalecida por campanhas de marketing corporativo,

incentivando as pessoas a acreditarem que suas escolhas de consumo poderiam compensar o impacto ambiental de grandes indústrias e empresas.

A crítica central do filme reside no conceito de "consumo verde", que muitas vezes transfere a responsabilidade para os indivíduos, enquanto as corporações continuam a explorar os recursos naturais em larga escala. Curtis revela que, em termos estatísticos, mesmo se cada pessoa nos Estados Unidos reduzisse seu consumo de água, energia e plásticos, isso ainda representaria uma fração mínima do total de emissões de carbono e poluição gerada globalmente. Em vez disso, ele sugere que mudanças sistêmicas – como a regulamentação ambiental mais severa e a responsabilização das corporações – são necessárias para combater a crise de forma significativa.

Desmobilização

Contudo, o filme também levanta um ponto delicado: ao criticar a ineficácia das ações individuais, há o risco de gerar um senso de impotência entre as pessoas, desmobilizando-as completamente. Isso cria uma dinâmica perigosa em que o público, ao perceber que seus esforços não são suficientes para resolver a crise, pode se afastar das causas ambientais e até desenvolver um certo ceticismo quanto à relevância do ativismo climático. O risco de desmobilização ocorre justamente porque o indivíduo se sente esmagado pelo tamanho dos desafios e pelo entendimento de que as mudanças necessárias estão fora de seu controle direto.

O documentário aborda indiretamente essa preocupação ao defender um equilíbrio entre a consciência individual e a mobilização coletiva. Ele enfatiza a importância de as pessoas saírem do ciclo de pequenas mudanças domésticas e se envolverem em ações coletivas mais amplas e politicamente engajadas, como pressionar governos por políticas mais rigorosas e boicotar corporações que se recusam a aderir a práticas sustentáveis.

Entrevista com Paulo Artaxo e Reflexões Sobre Desânimo Científico

Essa reflexão é reforçada pela entrevista concedida à Folha de S.Paulo pelo físico Paulo Artaxo, membro do IPCC e professor da USP, em que ele destaca o desânimo crescente entre os cientistas climáticos. Artaxo menciona que muitos pesquisadores estão divididos entre a sensação de que "não há mais o que fazer" e a persistência em continuar buscando políticas

públicas que possam reduzir emissões e mitigar os danos climáticos. Ele mesmo se alinha a essa segunda vertente, enfatizando a necessidade de ações coordenadas, políticas públicas eficazes e uma comunicação ampla sobre os impactos climáticos.

Ao relatar que o planeta está se encaminhando para um aquecimento médio de 3°C e que eventos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, se tornarão mais frequentes, Artaxo ilustra como a inação governamental e empresarial tem contribuído para um cenário de catástrofe. As percepções dos cientistas são de que, em muitos casos, os esforços individuais têm sido ineficazes, especialmente quando decisões políticas e econômicas continuam a priorizar interesses que promovem a destruição ambiental.

O Perigo da Desmobilização

O conceito de *narrativas do apocalipse*, mencionado pelo documentário e refletido nos relatos de cientistas, também é um fator que gera sentimentos paralisantes na população. Ao se deparar com cenários desoladores, projeções de aumentos catastróficos de temperatura e declarações de cientistas sobre a iminente destruição de ecossistemas inteiros, muitas pessoas desenvolvem um senso de que nada que façam será suficiente para deter a crise climática. Essa sensação de impotência pode levar à apatia e, por fim, à desmobilização completa dos esforços para a transformação social.

O neoliberalismo, ao promover a ideia de que a responsabilidade é individual e que o progresso é obtido através das escolhas de consumo, contribui para a docilização dos sujeitos. Esse processo leva a uma crença de que mudanças estruturais são impossíveis ou fora de seu alcance, resultando em uma conformação com o status quo e um sentimento de resignação em relação à crise ambiental. A desmobilização, portanto, ocorre em duas frentes: tanto pelo cansaço diante de narrativas catastróficas, que geram ansiedade e paralisia, quanto pela crença de que mudanças reais só podem vir "de cima".

Portanto, *Forget Shorter Showers*, Jordan Brown Curtis desafia as ideias tradicionais sobre ações climáticas ao expor a ineficácia das mudanças individuais como solução central para a crise ambiental. Ao mesmo tempo, ele alerta para o risco de desmobilização que essa crítica pode gerar. É um alerta para que o foco não seja desviado das verdadeiras fontes de poluição e destruição ambiental – grandes corporações e um sistema econômico insustentável.

Por outro lado, o documentário reconhece que a solução passa por uma mobilização coletiva consciente e informada, capaz de pressionar as estruturas de poder e forçar mudanças sistêmicas. As palavras de Paulo Artaxo e outros cientistas mostram que a luta pela transformação social depende não apenas de conhecimento científico, mas também de um esforço contínuo para resistir ao desânimo, compreender a real escala dos problemas e buscar estratégias efetivas para mudanças significativas.

Dessa forma, a mensagem é clara: as pequenas ações individuais são valiosas, mas é fundamental que elas sejam vistas como parte de um movimento maior, que exige também o engajamento político e a cobrança de mudanças estruturais. Caso contrário, corremos o risco de cair em um ciclo de desilusão e paralisia, justamente quando mais precisamos de ação coletiva e articulada para enfrentar a crise climática.

Desespero, raiva e sensação de fracasso atingem cientistas climáticos diante da falta de ações efetivas

CURTIS, Jordan Brown. *Forget Shorter Showers*. Direção: Jordan Brown Curtis. Estados Unidos: Deep Green Films, 2015. 12 min. Vídeo digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m2TbrtCGbhQ> . Acesso em: 29 out. 2024.

FOLHA DE S.PAULO

Folha de S.Paulo, Desespero, raiva e sensação de fracasso atingem cientistas climáticos diante da falta de ações efetivas. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/06/desespero-raiva-e-sensacao-de-fracasso-atingem-cientistas-climaticos-diante-da-falta-de-acoes-efetivas.shtml> . Acesso em: 29 out. 2024.

LINK aberto!

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/640094-desespero-raiva-e-sensacao-de-fracasso-atingem-cientistas-climaticos-diante-da-falta-de-acoes-efetivas>

Cléo:

Enfraquecimento de grandes mobilizações

Em setembro de 2023, o *Fridays for Future* realizou um protesto global contra o uso de combustíveis fósseis, reunindo milhares de pessoas em mais de 50 países, incluindo uma grande marcha com cerca de 12.000 participantes em Berlim e outras manifestações significativas em cidades como Hamburgo e Munique.

No entanto, embora esses números sejam impressionantes, a participação atual ainda é menor do que os picos observados em 2019, quando mais de 1,4 milhão de pessoas participaram de protestos apenas na Alemanha, refletindo uma redução nos níveis de engajamento em vários países ocidentais.

Relevância: O *Fridays for Future* é um movimento civil internacional de extrema importância e reconhecimento desde que a Greta Thunberg começou a protestar em agosto de 2018 do lado de fora do parlamento da Suécia, segurando uma placa com a inscrição "*Skolstrejk för klimatet*" ("Greve escolar pelo clima"). É um movimento caracteristicamente jovem e esse dado reflete uma grande discrepância entre a mobilização atual e a de cinco anos atrás. O que nos leva a refletir sobre o que aconteceu, tendo em vista que a crise climática e suas problemáticas ainda avançam. A fonte sugere a Guerra na Ucrânia, a pandemia e a inflação como causa principal para a perda de espaço da pauta climática.

KNÜPPEL, Laura; WAGNER, P. Five years of Fridays for Future: What future now? *Social Europe*, 2023. Disponível em: <https://www.socialeurope.eu/five-years-of-fridays-for-future-what-future-now>. Acesso em: 29 out. 2024.

Narrativas construídas e capacidade de mobilização política

Conceito 1. o *paradoxo de Giddens* aborda a relação entre a percepção de risco e a inércia social. Embora o conhecimento sobre as mudanças climáticas seja amplo e comprovado, a ausência de visibilidade **imediata e tangível** dos seus efeitos dificulta a compreensão e a urgência para agir. Para Giddens, isso gera uma passividade: a sociedade tende a reagir apenas a ameaças visíveis e imediatas, esperando até que os efeitos das mudanças climáticas se manifestem diretamente. Esse comportamento leva a uma ação tardia, uma vez que, quando as consequências se tornarem inegáveis, as possibilidades de reversão já estarão reduzidas.

Conceito 2. o *conservadorismo dinâmico*, conforme discutido por Donald Schön, explica como instituições e setores econômicos respondem às pressões ambientais. Este conceito descreve a tendência dessas entidades de implementar mudanças graduais e superficiais que preservem seu núcleo operacional e econômico. No caso de indústrias de combustíveis fósseis ou setores intensivos em carbono, como siderúrgicas ou petroquímicas, há uma tendência de adotar práticas de sustentabilidade que não afetam suas estruturas principais. Esse comportamento permite que mantenham seus modelos econômicos sem enfrentarem transformações profundas que poderiam reduzir seus impactos ambientais.

Relevância: O *paradoxo de Giddens* e o *conservadorismo dinâmico* revelam o impacto significativo das narrativas construídas em torno das mudanças climáticas na capacidade de mobilização política. O paradoxo de Giddens é interessante por destacar a inércia pública causada pela invisibilidade dos riscos climáticos imediatos e o conservadorismo dinâmico explica como as instituições resistem a transformações profundas, preferindo mudanças superficiais que preservem interesses econômicos centrais. Essas narrativas contribuem para **a passividade social e a resistência institucional**, dificultando a implementação de políticas climáticas ambiciosas e urgentes. Tudo isso gera um problema para a mobilização necessária.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

SCHÖN, Donald A. **Beyond the stable state**. New York: W.W. Norton, 1973.

LIMA, Leonardo. **Entre a adaptação e a resistência: a educação ambiental no contexto do conservadorismo dinâmico**. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 4, p. e92861, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cy3gYL6yvvtgHX4ZFGYXmx/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 29 out. 2024.

Ansiedade Climática e Conscientização ambiental

CHOU, Débora Tseng et al. Climate awareness, anxiety, and actions among youth: a qualitative study in a middle-income country. *Environmental Research and Public Health*, v. 45, n. 3, p. 258-267, 2023. DOI: 10.47626/1516-4446-2022-2890. Epub: 12 jul. 2023.

- <https://www.bjp.org.br/details/2376/en-US/climate-awareness--anxiety--and-actions-among-youth--a-qualitative-study-in-a-middle-income-country>

Estudo qualitativo que investiga como crianças e adolescentes brasileiros, especialmente em contextos de baixa e média renda, experienciam as mudanças climáticas e suas implicações para a saúde mental. Realizado por meio de grupos focais com 50 participantes de 5 a 18

anos, a pesquisa revela três perfis de envolvimento: desinformados, desengajados e engajados, que variam conforme fatores socioeconômicos.

Relevância: Pesquisa multidimensional que relaciona desigualdades sociais com a experiência da mudança climática. Além de fazer um recorte por idade, mostrando ainda como adultos são relevantes para o posicionamento das crianças na pauta, mostra os diferentes níveis de emoção — nesse caso, útil para falar de ansiedade climática — que cada perfil apresenta. Por exemplo: desinformados não sofrem com ansiedade climática e etc. É uma boa fonte ainda por se tratar de uma pesquisa quantitativa brasileira, feita nos estados de São Paulo e Bahia.

+ <https://www.apa.org/news/press/releases/mental-health-climate-change.pdf> : Páginas 26-39 exploram os impactos das mudanças climáticas na saúde mental

Pauta ambiental na comunidade

GONZÁLEZ, Axel.; VIGLIO, José Eduardo; FERREIRA, Lúcia. Comunidades Energéticas na América Latina: Visando a uma Transição Energética a partir da Noção de Bem Viver, Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, Ano 20, n. 58, 2022.

<https://energiaambiente.org.br/produto/xingu-solar-energia-solar-pode-gerar-economia-para-as-contas-publicas>

O texto "Comunidades Energéticas na América Latina: Visando a uma Transição Energética a partir da Noção de Bem Viver" discute o conceito de comunidades energéticas na América Latina e como elas podem contribuir para uma transição energética sustentável na região. Os autores exploram a ideia de "Bem Viver" como uma alternativa ao desenvolvimento tradicional, enfatizando a necessidade de abordagens mais inclusivas e sustentáveis.

E o projeto do Xingu Solar é uma iniciativa que busca promover o uso de energia renovável, especificamente solar, como uma alternativa sustentável para comunidades na região amazônica, particularmente no estado do Pará, Brasil. Este projeto foi desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) Xingu Vivo, em parceria com diversas instituições e empresas.

Relevância: Ambos foram apresentados no núcleo (acredito que abriram a discussão de ações individuais compondo um todo) e falam sobre transição energética em um nível comunitário. É interessante para abordar coesão social em pequena escala de forma a

promover mudanças políticas. O projeto Xingu Solar ainda fornece um dado sobre como a conscientização sobre transição energética mudou a qualidade de vida dos locais, uma vez que facilitou o fornecimento de energia, capacitou locais e atribuiu autonomia àquelas pessoas.